



Jornal do mosaico

número 02, publicação trimestral
segundo trimestre de 2010

Projeto de Gestão Integrada do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu
Convênio FUNATURA/IEF

**Seminário debate
plantio de eucalipto e
conselheiro apresenta
proposta aos pequenos
produtores**



Câmaras temáticas do Conselho Consultivo do Mosaico SVP vão acompanhar processos de licenciamento ambiental para evitar danos às unidades de conservação da região

Duas câmaras temáticas foram criadas durante a reunião de julho, do Conselho Consultivo do Mosaico SVP. Os conselheiros e gestores das unidades de conservação da região decidiram que os processos de licenciamentos com significativos impactos ambientais, no território do Mosaico, devem ser acompanhados, passo a passo, por profissionais que tenham conhecimento e vivência das questões que afetam essas áreas e suas comunidades. **(Leia mais na pág. 3)**

A retomada dos monocultivos de eucalipto também esteve na pauta da reunião do Conselho Consultivo, que aprovou a realização do seminário sobre este tema, em 29 de setembro. O conselheiro Edilson Rodrigues de Araújo (foto), secretário de Esportes, Lazer e Turismo, de Bonito de Minas, adiantou alguns dos pontos que apresentará para a análise durante o seminário: “Podemos apresentar uma moção de preocupação com o problema da monocultura do eucalipto proposta pelos grandes produtores. Pretendemos discutir o assunto com os produtores, os investidores, a comunidade local e os pesquisadores, entre outros setores da sociedade. Uma das nossas propostas é realizar um trabalho com os pequenos e médios produtores de pequenas plantações para abastecer sua propriedade. Por exemplo, se precisarem fazer cercas, construções e outras utilizações, não precisarão tirar madeira do Cerrado nativo, terão o eucalipto da sua propriedade”.

**Os Xakriabá
resgatam
medicina
praticada
por seus
antepassados**

7/8



**Projeto
Pandeiros, do
IEF-MG,
apresenta
importantes
resultados
e o ecocarvão é
um deles**



4/5

Editorial

Este segundo número do **Jornal do Mosaico** traz importantes matérias sobre o território e temas de interesse do Mosaico SVP.

Preocupado com o cumprimento dos objetivos para os quais foram criadas as unidades de conservação que compõem o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, o Conselho Consultivo do Mosaico promoverá, no próximo dia 29 de setembro, o **1o. Encontro Informativo do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu: Eucalipto - contextualização e perspectivas**. Este evento tem como objetivo a discussão sobre as implicações da retomada dos monocultivos de eucalipto no território do Mosaico SVP.

Como se sabe, na década de 1980, foram implantados vários monocultivos de eucalipto na região e quase tudo foi abandonado, acarretando graves passivos sociais e ambientais.

Agora, 30 anos depois, uma nova onda de projetos de plantio de eucalipto está sendo objeto de análises pelos órgãos competentes. Espera-se que não se repitam os erros do passado e antes de qualquer licença é muito importante que sejam avaliadas as implicações para o território. Por isso, o Conselho do Mosaico está promovendo o referido encontro para que possamos nos informar melhor e estabelecer um ambiente em que os erros do passado não sejam repetidos.

Também nesta edição, trataremos de questões muito importantes para esta região: os projetos desenvolvidos pelo IEF-MG na APA do Rio Pandeiros com as comunidades dessa área como, por exemplo, o ecocarvão, a situação em que se encontram as artesãs do Candeal, além de uma reportagem sobre a Reserva Indígena Xakriabá.

A seriedade com que são apresentados os assuntos aqui abordados faz com que o **Jornal do Mosaico** se constitua em um importante canal de divulgação de informações que visam o desenvolvimento do território, em bases sustentáveis.

Cesar Victor do Espírito Santo
Superintendente-executivo da Funatura
Secretário-executivo do Conselho Consultivo do Mosaico SVP

Veredas

ICMbio e as unidades de conservação do Mosaico SVP



Equipe do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

Na região do Mosaico SVP, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio/MMA) é responsável por três unidades de conservação (UCs). Nessas unidades, estão sendo desenvolvidos projetos de educação ambiental para que as comunidades locais participem do combate aos incêndios e controle de queimadas, e proteção da fauna contra a pesca e caça ilegais. O ICMbio trabalha em parceria com organizações não governamentais, prefeituras e órgãos estaduais de proteção ambiental.

Parque Nacional Grande Sertão Veredas - Criado em 1989, com uma área inicial de 83.364 hectares (ha), foi ampliado em 2004 e passou a ter 230.671 ha, no noroeste de Minas Gerais e oeste da Bahia. É o maior parque nacional do bioma Cerrado e a única UC que possui parcelas representativas da fitofisionomia de Carrasco, tipo de vegetação com espécies da flora e fauna presentes no Cerrado e na Caatinga. O parque é considerado um *hotspot* mundial (área prioritária para conservação, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau). Ainda é extremamente ameaçado pelo fogo e merece uma atenção especial para implementação de ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. A área do parque divide-se, entre vários municípios: na Bahia com 56% em Cocós; e em Minas Gerais são 30% em Formoso, 12% em Chapada Gaúcha e 2% em Arinos. Possui perímetro de cerca de 350 km de extensão e localiza-se em local estratégico, circundado pelas UCs federais e estaduais que formam o Mosaico SVP.

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - Com 56.500 ha, foi criado em 1999, nos municípios de Itacarambi, Januária e São João das Missões, norte de Minas Gerais, e se estende ao longo de 98 km do rio Peruaçu, afluente do rio São Francisco. O parque - no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) Federal do Peruaçu - possui mais de 140 cavernas e 80 sítios arqueológicos cataloga-

dos, além de amostras representativas de Cerrado e inúmeras outras formas de vegetação natural. Destacam-se na vegetação a aroeira-do-sertão, braúna, pau-santo, cabiúna-do-cerrado, murici, jatobá, pequiheiro e muitas outras. Na fauna, destacam-se as aves - mais de 250 espécies -, entre elas a maritaca, seriema, maria-preta, arapaçu e beija-flor-de-asa-de-sabre. Veado-mateiro, jaguatirica, mocó, mico-estrela, tatu, capivara, lobo-guará e lagarto teiú são outros representantes da fauna local. O acesso ao parque é feito pela rodovia MG-135 (estrada asfaltada, em boas condições de tráfego), no trevo a cerca de 45 km da cidade de Januária.

Área de Proteção Ambiental (APA) Federal do Peruaçu - Possui 146.900 ha e foi criada em 1989, em Januária, Itacarambi, Cônego Marinho e Bonito de Minas para garantir a conservação da cultura regional, proteger e preservar o conjunto paisagístico e as cavernas, os sítios arqueológicos e paleontológicos, a cobertura vegetal e a fauna. As inscrições rupestres encontradas nos sítios arqueológicos do Vale do Peruaçu teriam sido deixadas ali há cerca de 11 mil anos por populações pré-históricas que habitaram a região do Vale do Rio São Francisco para caçar e pescar.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio/MMA)

Parque Nacional Grande Sertão Veredas
Gerente: Paula Leão Ferreira
Rua Guimarães Rosa, N.º 149, Centro
39314-000 - Chapada Gaúcha (MG)
Tel.: (38) 3634.1132
e-mail: pamagsv@yahoo.com.br

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/APA do Peruaçu
Gerente: Evandro Pereira da Silva
Rodovia MG-135 - Comunidade Fábão I
Praça Principal, S/N
39480-000 - Januária (MG)
Tel.: (38) 3623.1042
e-mail: evandroperuacu@hotmail.com

Fundação Pró-Natureza (Funatura)
Diretoria Executiva
Diretor Presidente: Henrique Brandão Cavalcanti
Diretor Vice-presidente: Estanislau Monteiro Oliveira
SCLN 107 - Bloco B - Salas 201 a 209
70743-520 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 3274.5449 - Fax: (61) 3274.5324
e-mail: funatura@funatura.org.br
www.funatura.org.br

Jornalista Responsável: Arlete Bonelli (Reg. Prof. RJ13060JP)
Produção e Edição: Arlete Bonelli
Fotografia: Agência Tempo
Design gráfico e editoração eletrônica: Denise Vieira
Colaboração: Marlow Santos
Impressão: Grupo Comunidade de Comunicação
Tiragem: 3.000 exemplares

Conselho Consultivo aprova duas câmaras temáticas e analisa plantio de eucalipto



Foto: Arquivo Funatura

O Conselho Consultivo do Mosaico SVP aprovou - durante sua reunião de 2 de julho, no auditório do SESC - Laces Januária (MG) - a criação de duas câmaras temáticas: uma para acompanhar processos de licenciamentos com significativos impactos ambientais no território do Mosaico; e outra que tratará da abertura dos parques dessa região. A retomada dos monocultivos de eucalipto também esteve na pauta da reunião e foi aprovada a realização de um seminário (foto) sobre este tema, no próximo dia 29 setembro, em Januária, com palestras de representantes do Ministério Público, comunidades do Mosaico, empresários do setor de reflorestamento, Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram), Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e da Rede Cerrado. Também foi criada a comissão que vai elaborar o Plano de Ação para o Mosaico.

A presidente do Conselho, Helen Duarte Faria, lamentou a ausência dos convidados que apresentariam suas opiniões sobre o plantio de eucaliptos e informou que, na Área de Proteção Ambiental (APA) Cochá e Gibão, da qual é gerente, há um pedido de licenciamento de uma grande empresa do ramo. Helen Duarte explicou que a concessão da licença depende da anuência do IEF-MG, órgão responsável pela APA: "Entretanto, não há normas claramente definidas sobre o que pode ser licenciado em uma APA e nem muitos instrumentos para não conceder a anuência". Para o conselheiro Rafael Chaves (representante do Mosaico estejam presentes nas reuniões do Conselho de Política Ambiental (Copam), do norte mineiro.

Sobre esse tema, o conselheiro Hamilton Sales (Grupo GEO) afirmou que o Mosaico deve ser enraizado nos municípios e o Conselho Consultivo precisa apoiar a estruturação dos conselhos de Defesa do Meio Ambiente Municipal Sustentável (Condemas): "Precisamos nos preocupar com todos os monocultivos - de soja, capim e outros - e não apenas do eucalipto". O conselheiro Ricardo Souza (RVS Pandeiros) acrescentou que "outra grande empresa pretende reflorestar cerca de 500 mil hectares com eucalipto na região, sendo grande parte no território do Mosaico, inclusive em áreas abandonadas, onde houve plantio, no passado". José Elias, conselheiro que representa a Reserva de Proteção do Patrimônio Natural (RPPN) Porto Cajuero, considerou essa situação "um problema grave, porque as áreas abandonadas estão se recuperando naturalmente e muitas produzem os frutos do Cerrado aproveitados pelas comunidades locais".

Quilombola - "Acho um absurdo essa retomada dos plantios, e desde a década de 1970 a região vem sendo muito prejudicada pelo mesmo motivo e não dá para aceitar a repetição", explicou José Ferreira dos Santos, da Associação Quilombola Vó Amélia. Ele sugeriu outras linhas de trabalho, como a implantação de sistemas agroflorestais. Camila Medeiros - conselheira representante do Instituto Rosa e Sertão - disse que "as comunidades sabem que haverá um grande dano

ambiental e social, e algumas prepararam um documento e enviaram ao Ministério Público". De acordo com Medeiros, "há um movimento em Januária para que seja votada uma lei municipal contra o plantio de eucalipto em larga escala". Adailton Santana, que representa a Prefeitura Municipal São João das Missões, denunciou a existência de um desmatamento de 5.000 ha, próximo às cabeceiras do rio Itacarambi.

Cesar Victor do Espírito Santo, secretário-executivo do conselho e representante da Fundação Pró-Natureza (Funatura) considerou a situação descrita pelos conselheiros como "algo bastante preocupante e, no mínimo, antes de qualquer anuência para os plantios, é importante realizar o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) da região, especialmente das áreas de proteção ambiental (APAs). Segundo Fernando Lima, técnico do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o zoneamento das áreas onde as empresas querem plantar eucalipto deve ser feito da mesma forma como o ZEE das áreas onde a cana-de-açúcar é plantada. Ele sugeriu que a Rede Cerrado participe dessa discussão e essas medidas sejam transformadas em política pública e ressaltou que "o Mosaico SVP está se tornando uma referência no âmbito dos órgãos federais de meio ambiente e essas questões de abrangência nacional, como a abertura dos parques, com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 também devem ser incluídas nas deliberações do Conselho Consultivo". O conselheiro Evandro Silva - gerente do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/ICMbio - falou sobre a criação do Centro Especializado de Conservação de Cactáceas (família botânica dos cactos) e também sobre a abertura dos parques à visitação pública: "Deve ser considerada a proximidade da Copa de 2014, que trará milhares de turistas ao Brasil, e o envolvimento do Mosaico em todo esse processo".

Capacitação de conselheiros - A capacitação dos conselheiros ocorreu nos dias 30 de junho e 1º de julho, antes da reunião do Conselho Consultivo, e teve como foco o papel do conselheiro e sua ação nas reuniões do conselho e em seu trabalho diário. Contou com a participação de 44 pessoas e teve como instrutora a consultora Isabel de Castro, arquiteta e urbanista, e mestre em Administração Pública pela Universidade de Houston (Texas/Estados Unidos), com grande experiência na utilização de metodologias de planejamento, implementação e avaliação de projetos, programas e políticas para trabalho em grupo com enfoque participativo, para gestores de UCs e funcionamento dos conselhos de UCs, no âmbito do governo federal. Castro, participou, também, da formatação do processo de planejamento, implementação e monitoria de projetos comunitários para o Programa de Mobilização de Comunidades do Governo de Estado de Minas Gerais (PMC).

Um dos conselheiros, Edilson Rodrigues de Araújo - secretário Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, de Bonito de Minas, e responsável pelo Departamento de Cultura e Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Codema) - disse que "a capacitação foi de muita valia e proporcionou uma rica reflexão dos conselheiros sobre o seu papel e atuação no Mosaico SVP". Para Araújo "o grande retorno da capacitação é a possibilidade de estar próximo da comunidade e com um conceito mais formalizado sobre o Mosaico, o que nos permite traduzir as informações para a comunidade e outros conselhos municipais e estaduais". Segundo o representante de Bonito de Minas, a relação Mosaico-comunidade só é possível por meio do conselheiro, que precisa estar preparado: "O curso nos trouxe essa preparação para responder às questões internas das comunidades, e isso é muito valioso. Foram dois dias trabalhosos, mas muito produtivos".

Gestores de UCs participam de capacitação

A capacitação para a gestão integrada de unidades de conservação (UCs) do Mosaico SVP ocorreu de 25 a 27 de maio deste ano, no Sesc - Laces Januária, com a presença de 21 pessoas. Os gestores participaram de atividades e treinamentos sobre gestão integrada e adaptativa, e planejamento de ações que serão implantadas nas UCs. A capacitação estimulou a discussão de conceitos sobre o enfoque ecossistêmico e as vantagens e desafios para a gestão integrada. Foram analisados os objetivos do Mosaico e as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC), além da discussão sobre as facilidades e obstáculos que serão enfrentados na implantação da gestão integrada. Sobre o planejamento, durante reunião plenária foram definidos o cronograma de execução das ações e atividades, e distribuição de responsabilidades.

O tema *gestão integrada de unidades de conservação e desafios para o Mosaico SVP* teve como instrutora Maria Auxiliadora Drumond que trabalhou os princípios básicos (elementos de uma gestão integrada e adaptativa de UCs e sua contribuição para a conservação da diversidade física, biológica e cultural). Drumond é especialista em planejamento de áreas protegidas pelo Centro Agrônomo Tropical de Investigación y Enseñanza, da Costa Rica, com mestrado e doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e autora de estudos sobre gestão de unidades de conservação, como a publicação *Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação: Manual de Técnicas e Ferramentas*.

Foram organizados três grupos de trabalho, de acordo com a classificação em núcleos, definida no DTBC: Núcleo Peruaçu, Núcleo Pandeiro e Núcleo Grande Sertão. A partir das ações em desenvolvimento nos diferentes núcleos e com a identificação da necessidade de ações integradas para o território do Mosaico foram planejadas ações integradoras, considerando-se os três objetivos do DTBC: desenvolvimento do extrativismo, turismo ecológico e realização de gestão integrada.

Para alcançar as metas das ações integradoras e o desenvolvimento do extrativismo foram apontadas a capacitação, educação ambiental, organização comunitária, intercâmbio (visitas), assistência técnica e infraestrutura dos núcleos. Os participantes apontaram que é necessário realizar seminários e encontros anuais, reafirmar e divulgar a identidade do Mosaico, criar uma programação de atividades de educação ambiental compartilhada, apoiar a criação da Cooperativa do Peruaçu, e promover a inserção do extrativismo no trabalho da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater-MG).

Sobre o desenvolvimento do turismo ecológico foram definidas, como metas, a capacitação, visitas de intercâmbio, valorização da cultura tradicional, organização comunitária, melhoria da infraestrutura, elaboração de planos diretores, e estratégia de marketing. Os participantes apontaram que é necessário promover seminários e encontros anuais, reafirmar a identidade do Mosaico (de forma transversal), promover a participação das comunidades locais no Encontro de Povos do Grande Sertão, estimular a realização de "encontros dos povos" em outras regiões, realizar mobilização pela abertura dos parques, sensibilizar prefeituras sobre os planos diretores municipais, além de promover envolvimento de órgãos no planejamento para desenvolver políticas de fomento ao extrativismo, e a elaboração de planos de manejo/gestão das unidades de conservação que não os possuem.

Outras ações foram consideradas importantes para a consolidação da gestão integrada do território do Mosaico: criar um sistema de comunicação, de marca e/ou selo do Mosaico; criar peças de divulgação e promoção (camisetas, folhetos, cartazes, logomarca e blog - uma forma rápida e simples de divulgar idéias e notícias do Mosaico SVP pela internet).

Homenagem

Após a abertura da reunião do Conselho Consultivo do Mosaico SVP, o representante da Funatura, Cesar Victor do Espírito Santo, pediu a palavra para solicitar um minuto de silêncio em homenagem ao engenheiro florestal Paulo Lopes Viana, consultor da Funatura e ex-funcionário do Ibama, que prestou relevantes serviços ao Estado de Minas Gerais, em especial à região do Mosaico SVP, e faleceu no dia 22 de junho passado.

Refúgio de Vida Silvestre (RVS) possui mais de seis mil hectares alagados



O pântano é uma das mais importantes áreas do Mosaico

O Pantanal Mineiro - área de 6.102 hectares alagados, principalmente no período das cheias - foi transformada no Refúgio Estadual de Vida Silvestre (RVS) do Rio Pandeiros, em 2004, pelo Decreto nº. 43.910, para proteger a ictiofauna da Bacia do Rio São Francisco, em especial as espécies migradoras. Com o RVS, onde se reproduz 70% da fauna aquática do Médio Rio São Francisco, devem ser preservadas as áreas alagáveis e lagoas marginais do rio Pandeiros - um berçário natural para os peixes do rio São Francisco. Esse santuário está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pandeiros, maior unidade de conservação (UC) do Estado de Minas, com 393 mil hectares, criada em 1995, nos municípios de Januária e Bonito de Minas. A empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) é co-gestora da APA.

A região alagada e as veredas do rio Pandeiros - conhecida como Pantanal Mineiro - figuram entre as áreas prioritárias para conservação do bioma Cerrado. A maioria das espécies não migradoras

consegue se reproduzir em lagoas marginais e a proteção da área alagável é uma ação efetiva para garantir a conservação dessa ictiofauna (peixes de uma determinada área). Além do imediato reflexo local, a proteção é benéfica para as espécies migradoras de outras áreas da Bacia do São Francisco, como as barragens de Três Marias (MG) e Sobradinho (BA).

O RVS e as veredas do rio Pandeiros, desde 1999, estão na categoria *importância biológica especial*, a mais alta dentre os cinco níveis utilizados: é um ambiente único no Estado e possui alta riqueza de espécies de distribuição restrita. As espécies de piracema alcançam esses ambientes no período das enchentes e ali se desenvolvem até retornarem ao São Francisco na cheia seguinte. (Fonte: Ascom/Sisema)



Ponto de acesso ao balneário do rio Pandeiros

A torre de observação é o local de trabalho de José Antônio

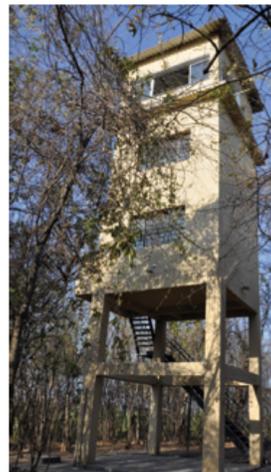


A torre de observação do Pantanal Mineiro é o lugar onde José Antônio Alves de Jesus (foto) passa a maior parte de seu tempo. Ele é um dos brigadistas responsáveis por vigiar sinais de ameaças ao pântano do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) do Rio Pandeiros e avisar ao gestor da área, Ricardo de Almeida Souza, para que sejam tomadas as providências necessárias. A vigilância é feita 24 horas por dia, com revezamento entre José Antonio e outro brigadista que o substitui quando termina seu turno, e pelo guarda-parque que usa um barco para circular pela área do pântano. Todos se comunicam por sistema de radiocomunicação.

Sobre as modificações que ocorreram nessa área, nas últimas décadas, o brigadista lembrou que seus pais, agricultores e moradores do local há muitas décadas, "contam que mudou muito tudo aqui, essas lagoas não tinham a vegetação que tem hoje, a água era limpinha". José Antonio estudou até à 8ª. série, tem 31 anos, é casado e mora com a esposa e dois filhos bem próximo do seu local de trabalho: "Gosto de morar e trabalhar aqui. Morei em Januária uns tempos, mas não me acostumei. Aqui é muito bom. É tranquilo. Antes, trabalhava em carvoarias das plantações de eucalipto, em Três Marias e Curvelo, fazendo carvão." Ele contou que é comum ver jacarés e capivaras, mas da onça suçuarana só viu os rastros, perto do Centro de Visitantes, cinco dias antes desta entrevista.



Pandeiros, berçário de espécies aquáticas



Projeto Pandeiros, Cochá e Gibão apoia o extrativismo e geração de renda

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Pandeiros, Cochá e Gibão, executado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), é uma iniciativa pioneira iniciada em 2004, para criar alternativas de renda nas comunidades dos municípios de Bonito de Minas, Januária e Cônego Marinho que, tradicionalmente, viviam da produção do carvão de vegetação nativa, segundo documento do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (Sisema).

Coordenado por Kolbe Soares, o projeto apoia cerca de 200 famílias de 20 comunidades da região e incentiva a criação de carneiros e ovelhas, produção de mel, extrativismo dos frutos do Cerrado, aproveitamento sustentável da palmeira babaçu e agricultura familiar - em 2008-2009, foram plantados 260 hectares (ha) de milho, feijão e mandioca, além de 60 ha das oleaginosas mamona e girassol. Incentiva o extrativismo em geral, o artesanato, segurança alimentar e a regularização da situação fundiária regional.

Entre as iniciativas implementadas estão a construção do Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado (CCEAC) e a educação ambiental nas escolas rurais e urbanas do município de Januária. A organização comunitária e o cooperativismo são muito importantes para as comunidades locais alcançarem seus objetivos e, para isto, o projeto também estimula e desenvolve ações como o Programa Horta Escolar e Comunitária que implantou dez hortas escolares e 22 comunitárias, até 2010.



Coordenador alerta para redução da água na APA do Pandeiros



A estrada de acesso ao RVS do Rio Pandeiros é cortada por vários ribeirões e rios secos ou assoreados, o que é uma situação preocupante, principalmente porque se trata de um refúgio de vida silvestre. O objetivo dessa UC é proteger a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no seu plano de manejo, assim como a autorização para pesquisa científica.

O coordenador do Projeto Pandeiros, Kolbe Soares (foto), disse que, na área, existem muitos problemas ambientais e degradação: "Houve produção ilegal de carvão vegetal, exploração de matas ciliares do rio Pandeiros, implantação de grandes plantios de eucalipto e, além disso, cerca de 10 mil pessoas moram na APA do Pandeiros, e nessas comunidades muitos ainda praticam atividades não compatíveis com a área".

Sobre a situação dos ribeirões e rios da região, Kolbe explicou que Pandeiros tem "mais de 60 afluentes e subafluentes e cerca de 40 secaram por completo". Segundo moradores mais antigos da região, o rio Pandeiros possui, atualmente, um terço do volume de água de 15 anos atrás, o que representa grande comprometimento dos recursos hídricos dessa região.

O ecocarvão, um produto do babaçu, evita o corte de árvores



Da árvore, o babaçu passa por várias etapas até se transformar no carvão que será vendido em mercados

O ecocarvão é um dos produtos da região banhada pelo Pandeiros onde existe uma extensa área de 5.000 hectares (ha) de babaçuais, palmeira que representa uma importante fonte de recursos para algumas comunidades locais. Um dos objetivos do Projeto Pandeiros é diminuir a produção ilegal do carvão vegetal e incentivar a produção do carvão ecológico aproveitando os frutos do babaçu (*Orbignya speciosa*) com a implantação de uma unidade demonstrativa de todo o processo de transformação. O resultado será a redução dos impactos ambientais e melhoria da qualidade de vida dos moradores da área.

voejamento dura até 10 horas e nesse processo há um rendimento de 1/3 (um terço), ou seja, 100 kg de coco se transformam em 33 kg de carvão. Pesquisas realizadas sobre essa espécie indicam que a densidade de palmeira de babaçu é de 343 por ha, com 187 árvores produtivas. A média de cachos é de seis por palmeira e o número de cocos por cacho é de 120. O peso médio do coco velho é 190 gramas (grs) e são encontrados cerca de 45% de cocos velhos. O potencial de produção total é de 134.640 cocos por ha.

Para produzir o ecocarvão aproveita-se cocos velhos, de safras superiores a dois anos: o carvoejamento dos frutos é feito em latões de 200 litros colocados em buracos, com 3 cm de profundidade em forma de cruzeta, no diâmetro do latão, que é preenchido com cerca de 80 kg de coco. O tempo de car-



Associação de Artesãos do Candeal pede ajuda

A cerâmica do Candeal é reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro e produzida no distrito de Candeal, do pequeno município de Cônego Marinho que possui uma população de 6.440 habitantes e território de 1.618 km² (IBGE, 2009). Cônego Marinho está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Cavernas do Peruaçu e faz parte do Mosaico SVP. A cerâmica do Candeal (potes, maringas, pratos, figuras humanas e animais, e vários outros utensílios) é considerada "uma das mais significativas representações da ampla e diversificada produção artesanal mineira, que surgiu em uma região constantemente castigada por secas, onde a confecção de potes de barro para conter e carregar água se fez tradição secular, passada de mães para filhas, com elementos únicos, despojados e simples, ao mesmo tempo que belos e impregnados de valor cultural", segundo o antropólogo Ricardo Gomes Lima - autor do estudo *Mulheres do Candeal*, sua tese de doutorado, divulgada em 1998.

As gerações de oleiros (pessoas que trabalham com argila e barro e produzem utensílios) transmitiram de mãe para filha, a arte e técnica de produzir peças utilizadas em suas atividades diárias e que se tornaram também decorativas quando foram descobertas pelos visitantes da região. As peças são produzidas com barro e queimadas em fornos também de barro, decoradas com desenhos de flores e arabescos pintados nas peças com o tauá (um pigmento natural). Gomes Lima baseou sua pesquisa no estudo de um grupo de 25 famílias residentes na comunidade de Candeal, vivendo da agricultura de subsistência (milho e feijão, principalmente), em uma região de transição entre o Cerrado e a Caatinga, extremamente seca.

O artesanato é a principal fonte de renda da população, além dos benefícios oferecidos pelo governo (bolsa-família, auxílio-gás e aposentadorias) que completam os rendimentos das famílias. O grupo, com auxílio externo, constituiu uma associação que, infelizmente, mostrou-se pouco eficaz. Um dos fatores que mais contribuiu para isso foi a dificuldade encontrada pelas mulheres para lidar com questões muito diferentes daquelas de seu cotidiano além do analfabetismo que, entre os adultos, atinge 98%. Havia uma produção que alcançava uma média de 500 peças mensais e 120 peças semanais: os potes e as tigelas, cumbeucas para caldo são os mais vendidos, com uma renda de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, para cada artesã, geralmente em julho, mês de férias e de turismo na região. Atualmente, o estoque de peças está muito pequeno.

Galpão dos oleiros - No galpão dos oleiros do Candeal uma placa registra a data de inauguração, em 18 de maio de 1999, do espaço construído para abrigar a Associação dos Artesãos da Comunidade de Olaria e Adjacências e ser o local de trabalho das artesãs. A obra foi realizada pelo Programa Comunidade Solidária, Superintendência de Desenvolvimento do Nor-



Peças de cerâmica do Candeal

deste (Sudene), Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e Funarte, do Ministério da Cultura (Minc).

Em 2010, 11 anos depois da inauguração, o simpático casal - "seu" Januário Lopes dos Reis e "dona" Emília Nunes de Souza - que recebeu a equipe do **Jornal do Mosaico** no Candeal falaram sobre as condições atuais da associação: falta manutenção, é preciso trocar os vasos sanitários e arrumar os banheiros, e quando chove a água desce e penetra por baixo da base da sede da associação, o que pode afetar toda a estrutura da construção. O agricultor Januário, 84 anos, sempre trabalhou na lavoura de mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e cedeu, de sua propriedade, o terreno onde foi construída a sede. Durante o mandato da última diretoria, ele era um dos conselheiros fiscais.

A artesã Emília, 82 anos, esposa de "seu" Januário, mãe de sete filhos e avó de três netos, era a única pessoa que estava trabalhando no galpão. Segundo ela, a última grande venda de peças aconteceu em 2008 e, atualmente, muitas mulheres da comunidade fazem as cerâmicas em casa e levam para a associação. "Trabalhando aqui, só eu, dona Socorro e a Santinha, que quando não estão na associação estão fazendo farinha. Existem 16 artesãs que trabalham assim. O período do presidente venceu em abril deste ano e estamos em agosto, mas ainda não houve outra eleição."

Seu Januário não se conforma com o abandono do lugar e desabafou: "A associação está parada, abandonada, as autoridades não atendem nossos pedidos de conservação do galpão. Nem os fornos estão funcionando direito. As pessoas não se reúnem mais aqui, é cada um para o seu lado. Os homens não querem saber de trabalho não, só querem beber pinga, com o dinheiro do bolsa-família. Não consigo nem fazer os meu netos trabalharem, eles passam o dia todo sem fazer nada e vendo televisão. Estou velho e com problema de saúde, não sei mais o que fazer para esta associação voltar a andar para frente".

leiro (PAB) coordenada pelo MDIC (www.desenvolvimento.gov.br), em Brasília, em março deste ano, foi montada para homenagear os artesãos brasileiros: 19 de março é o Dia do Artesão. O PAB prepara comunidades de artesãos para tornar o artesanato uma fonte permanente de ocupação e renda, apoiando a preservação das culturas locais e a formação de empreendedores, com a preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado. O Estatuto do Artesão está no Congresso Nacional, em Brasília, aguardando votação.

Desde 1997, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apóia os artesãos e artesãs brasileiras, por meio de programas, projetos e ações de capacitação em empreendedorismo, gestão, *design*, entre outros temas. O Sebrae também patrocina a participação de cooperativas nos grandes eventos nacionais e regionais. A cada dois anos, o Sebrae premia os melhores trabalhos e o empreendedorismo em todas as regiões do país com o Prêmio Top 100 de Artesanato.

Onde Vender e Comprar



Artesã cria bolsas com plástico reciclado

Maria Eunice de Sá, presidente da Scaita, cria produtos a partir do material colhido na cidade de Itacarambi (MG) para reciclagem. A bolsa que ela mostra na foto é o destaque da sua produção: feita de garrafas de detergente prensadas e cortadas, as peças são unidas com pontos de crochê. A bolsa é uma ótima opção para substituir as sacolas de plástico usadas no comércio em geral, não apenas nos supermercados. Sendo de plástico, elas podem ser lavadas mais facilmente e mantidas sempre limpas. O trabalho da associação é uma boa alternativa para começar a reduzir o grande volume de sacolas plásticas que infestam as ruas e o lixo de algumas cidades da região, principalmente Januária (a cidade possui a maior população e movimento comercial na região do Mosaico SVP).



Professora viaja pelos Gerais

Anacirema Pereira Freitas - reside em Jacinto (MG) - é professora do curso de bordado e pintura em tecido, contratada pelo Senar para dar cursos em várias cidades do norte Estado de Minas Gerais. Grupos de senhoras e jovens interessadas em aprender e produzir peças que possam ser vendidas em feiras e eventos regionais se reúnem e trabalham sob a coordenação de Anacirema, na Secretaria Municipal do Turismo, Cultura e Lazer de Itacarambi.

Associação dos Catadores de Reciclagem de Itacarambi (Scaita)

Tel.: (38) 3613.1322 e Cel.: (38) 9192.0658
Prefeitura Municipal de Itacarambi
Praça Adolfo de Oliveira, S/N
39470-000 - Itacarambi (MG)
Tel.: (38) 3613.1100 - Fax: (38) 3613.1220

Associação dos Artesãos da Comunidade de Olaria e Adjacências

Povoado do Candeal
Tel.: (38) 3625.4054
Prefeitura Municipal de Cônego Marinho
Rua Bertolo Lopes Rocha, 25, Centro
39489-000 - Cônego Marinho (MG)
Tel.: (38) 3621.8113, 3621.8117 e 3621.8206
e-mail: admconeigo@conegomarinho.mg.gov.br
www.conegomarinho.mg.gov.br



São João das Missões investe no turismo ecocultural e na proteção da Reserva Indígena Xakriabá



O supervisor de Meio Ambiente e Turismo, da Secretaria de Agricultura de São João das Missões, Adailton José de Santana, é membro do Conselho Consultivo do Mosaico SVP e falou sobre o resgate das tradições no município: "A Prefeitura Municipal de São João das Missões quer desenvolver o turismo, aproveitando as tradições do município, como a festa junina de São João Batista, de mais de 300 anos. É uma festa turística, realizada de 21 a 25 de junho, e atrai de 10 a 30 mil visitantes, dependendo dos *shows* programados. Temos que resgatar a cultura do São João, porque a festa tem cachorro-quente, capeta (bebida muito consumida no Nordeste, preparada com vodka, leite condensado, canela em pó, mel, além de guaraná e achocolatado em pó), mas não tem pipoca e nem as comidas típicas das festas juninas, tradicionais de São João".

Para Santana, é preciso manter a tradição, atrair mais turistas e gerar renda durante o período de férias. As pessoas daqui não trabalham na festa, participam da festa. Os *shows* vêm de fora e o trabalho é feito por pessoas de outras cidades, que montam suas barracões aqui em São João. Poderia haver algum incentivo para que as pessoas da cidade assumissem a organização da festa. Queremos resgatar essa tradição com o turismo ecocultural por meio do Mosaico SVP." Outra atração do município é o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu que está inserido em quatro municípios, entre eles São João das Missões. Além do parque, o município possui belezas cênicas exuberantes, cavernas, sítios arqueológicos e

nascentes que não estão dentro do parque e podem ser visitados sem as restrições legais que protegem as unidades de conservação (UCs), mas é necessário haver infraestrutura para proteção dessas áreas e segurança dos visitantes. "Os sítios arqueológicos ainda não foram estudados e estão dentro da Reserva Indígena Xakriabá, mas existe um trabalho que registrou o patrimônio histórico dos Xakriabá em um atlas produzido por professores e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)", informou o conselheiro do Mosaico.

O supervisor afirmou que "o Mosaico SVP é importantíssimo para a nossa região e trará muitas coisas boas para o desenvolvimento local, e o objetivo é a melhoria com desenvolvimento sustentável da comunidade para que se torne realmente sustentável e independente, acreditamos no Mosaico e, no que depender de nós, vamos caminhar juntos".

Para os Xakriabá, o Mosaico é uma coisa nova, eles não participaram de todas as reuniões e só agora estão se situando: "Como represento o município no Conselho Consultivo e considero importante para o município e a região, comecei essa articulação com uma liderança da Aldeia Barreiro Preto, Hilário Xakriabá. Outras pessoas que participam do Mosaico também visitaram a reserva e começaram o intercâmbio. Hoje, os Xakriabá dão maior importância ao Mosaico, que tem como objetivo maior a preservação do Cerrado, ameaçado cada vez mais com queimadas e desmatamentos. Percebemos que, com esses trabalhos, a tendência é melhorar, mostrar para as pessoas como tirar o sustento do Cerrado, sem destruí-lo".

Durante uma reunião, em Januária, o representante dos Xakriabá, Hilário Xakriabá, optou pelo desenvolvimento sustentável quando se discutia com qual tema cada região queria trabalhar. Eles fizeram esta escolha porque o turismo causaria algum tipo de impacto a curto e longo prazo, na reserva indígena. "Hoje a situação da reserva está bem melhor. Os incentivos do governo trouxeram grandes melhorias e equilibraram a situação do Povo Xakriabá. Antigamente, eles não tinham de onde tirar o sustento, viviam dali mesmo, da terra. A nossa região é muito castigada: plantam roça de milho, abóbora e feijão, mas, às vezes não colhem, porque não chove. Esse incentivo que o governo deu melhorou muito a situação deles, deu uma estabilizada geral na reserva."

Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) é coordenado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPEN) e financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) da Organização das Nações Unidas (ONU). É um dos poucos programas, no Brasil, que direciona seu apoio, exclusivamente, ao bioma Cerrado e suas áreas de transição com a Amazônia, Pantanal, Caatinga e a Mata Atlântica. A Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto (AIXABP) desenvolve dois projetos: um deles é a criação e implantação do *Centro Xakriabá de Aproveitamento dos Recursos Naturais do Cerrado* para ampliar a Casa de Medicina Xakriabá com a instalação da cozinha experimental, construção de oficina de fabricação artesanal de sabão com utilização sustentável dos recursos naturais do Cerrado. O projeto tem 30 meses de duração e seu custo é de 33,2 mil dólares; o outro projeto - *Xakriabá de mãos dadas na recuperação da natureza: água é vida* - prevê a recuperação das principais nascentes e olhos d'água do território indígena, além da promoção da educação ambiental, com 18 meses de duração e aplicação de 16,8 mil dólares.

Dois outras aldeias da Terra Indígena Xakriabá, reunidas na Associação Indígena Xakriabá Aldeias Santa Cruz e São Domingos, trabalham no projeto *Xakriabá de mãos dadas* que recupera nascentes por meio do cercamento, e estimula a coleta de frutos do Cerrado. Esse projeto fortalece as atividades no viveiro da Aldeia Barreiro Preto e a distribuição das mudas para plantio nas áreas próximas às nascentes cercadas e casas da reserva. Também serão realizadas ações de conscientização da população em geral, com destaque para as crianças por meio da participação dos professores indígenas. O projeto é a replicação do que foi apoiado, em 2004, pelo PPP-ECOS, na Aldeia Xakriabá Barreiro Preto. Serão 18 meses de execução a um custo de 55,5 mil dólares.

São João das Missões

São João das Missões possui território de 675 km², foi desmembrado do município de Itacarambi e emancipado em 1995. É formado pelo distrito de Rancharia, 12 povoados e 21 aldeias na Terra Indígena Xakriabá (com área de 530,74 km², que corresponde a 78,07% da superfície total do município). Localizado no Vale do Peruaçu (Alto Médio São Francisco, norte de Minas Gerais), com 11.267 habitantes (IBGE/2009), entre população indígena e não-indígena. O município está classificado pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) como uma região onde "as condições são de extrema pobreza e pouco desenvolvimento socioeconômico". A maioria da população do município é indígena e muitos índios moram na cidade (mais de 100 famílias com um número de integrantes que varia de cinco a dez pessoas).

Xakriabá - I

N'Chatary, a farmácia indígena



Uma das espécies do viveiro de plantas medicinais

O projeto Casa da Medicina Tradicional é, para os Xakriabá, a N'Chatary (farmácia) onde os membros da comunidade que conhecem as indicações das plantas, cascas e raízes trabalham e produzem xaropes, pomadas, e preparam as espécies que são usadas como chás. Valdemar Xavier dos Santos (foto), conhecido como Valdim, 64 anos, liderança da Aldeia Barreiro Preto, conhece o poder de cura das plantas e fala sobre elas com muito cuidado: "Nossa gente conhece bem as plantas, eu conheço mais que alguns e toda vida tivemos costume de usar remédio caseiro, sempre que alguém precisava tomar um remédio, ia buscar no mato. Com o projeto é mais fácil para toda nossa comunidade tomar os remédios naturais. Nosso objetivo não é o lucro, isso é para beneficiar o Povo Xakriabá. Não pensamos em viver de uma renda disso, mas combater algumas doenças sem ocupar o médico."

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Prefeitura Municipal de São João das Missões apoiaram a construção da Casa da Medicina Tradicional, iniciada em 1997, e a comunidade participou com a mão de obra. Atualmente, funciona com voluntários e uma pessoa contratada pela prefeitura para os serviços gerais. Para Valdim, os médicos deveriam valorizar mais o uso desses remédios, usados no passado, quando não existiam médicos para atender os índios. "Isso não impede que a comunidade procure o médico, mas os postos de saúde estão cheios de pessoas que têm um problema simples que poderia ser curado com o remédio caseiro, mas essas pessoas ficam ocupando o lugar de doente grave", acrescentou. Com jeito um pouco triste, ele disse que "as novas gerações, principalmente, esqueceram esses remédios e quando levamos as crianças e jovens das escolas para visitar o viveiro de mudas ou para o campo, eles não conhecem quase nada, e a Casa da Medicina, pode ajudar a manter nossa tradição no uso das plantas."



Muitos rios estão secos e outros agonizam

Os Xakriabá - cerca de 8.000 índios - habitam a Reserva Indígena Xakriabá/Terra Indígena Xacriabá Rancharia, com área de 56.000 hectares (ha) que abrange os municípios de São João das Missões e Itacarambi, homologada em maio de 2003. Vários projetos são desenvolvidos na reserva: Aldeias Escolas, Projeto Tanque, Apicultura e Suinocultura, entre outros. Até 1996, a Prefeitura Municipal de Itacarambi respondia pelas relações com os Xacriabá. Com a criação do município de São João das Missões, em 1996, essa responsabilidade passa a ser do novo município.

Formam o maior grupo indígena aldeado de Minas Gerais, com uma população jovem - cerca de 45,0% dos indivíduos com até 14 anos - e apenas 4,0% com 65 anos e mais de idade. Nessa terra indígena existem 52 localidades, subdivididas em 27 aldeias e 25 subaldeias, com 1.224 casas ocupadas, distribuídas em duas áreas contíguas que têm, respectivamente, 46.415 e 6.660 ha. A área maior foi delimitada em 1978 e demarcada em 1987, e a outra, ainda não demarcada, foi identificada e delimitada somente em 1999 (Funai/2007).

A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime) reúne representantes de 64 povos - entre eles os Xakriabá - e organizações indígenas dos estados da Região Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo. A Apoime trabalha na identificação, demarcação, homologação e desintrusão das terras indígenas, garantia da educação escolar diferenciada que respeite os costumes, crenças e tradições, atendimento à saúde que respeite diversidades e modos próprios de aprendizagens, assistência técnica e extensão rural para as comunidades indígenas, proteção ao meio ambiente e atividades econômicas que garantam a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

Rios da reserva - Muitos rios estão morrendo e diversas aldeias usam água de poços artesianos com bombeamento e distribuição racionada, em determinadas épocas do ano. A população busca água distante de suas casas nos ribeirões que ainda resistem às condições do clima seco e árido. Durante a viagem até à Aldeia do Barreiro Preto, a equipe do **Jornal do Mosaico** observou, no mês de agosto deste ano, que, em alguns ribeirões, ainda corre um pequeno volume de água, mas muitos secaram e a água não voltou nos anos seguintes. Segundo relatório da Secretaria Geral da Prefeitura de São João das Missões, vários rios da reserva estão em agonia há quase uma década.

O estudo, publicado em 2002, indica que "estão em visível agonia", o rio Itacarambi e os riachos do Brejo de Mata Fome e Olhos D'Água. Outros riachos foram considerados cortados e/ou secos: Sumaré, Prata, Pindaibas, Imbaúba, Vargens, Sapé, Buritis, Caatinguinha e Itacarambzinho. Os açudes e cacimbas estão totalmente secos. A terra indígena possui 18 poços tubulares (Sumaré I, Sumaré II, Barreiro Preto, Defuntos, Muringa, Pedra Redonda, Terra Preta, Santa Cruz, Coqueiros, Prata, Sabonete, Bebedouro, Simão Corrêa, Rancharia I e II, Sítio e São Bernardo) com captação da água por meio de compressores, sucção e bomba.

Ainda de acordo com o relatório, "os Xakriabá são, fundamentalmente, pequenos agricultores e criadores de gado, em um processo por um lado de imposição cultural, que caracterizou os aldeamentos indígenas e de intensa troca com outras populações, como os negros libertos no período após a escravidão". A luta pela terra nas décadas de 1970 e 1980 dividiu a população, e permaneceu na reserva quem afirmou a própria ancestralidade indígena.

Extermínio - Desde os primeiros contatos com os colonizadores, no século XVI, fo-

ram vítimas de violência, por meio de guerrilhas de repressão e extermínio, o que resultou em verdadeiro genocídio. Os sobreviventes desenvolveram diversificados meios e estratégias para garantir a vida, mas perderam suas tradições: os Xakriabá foram desenraizados do seu mundo original, abandonando a língua, seus usos e costumes, que os tornavam vulneráveis à violência dos colonizadores. No passado, eram chamados Acroá e Coroá e habitavam a Bahia. No Piauí e Goiás eram chamados Gamela. Os Xakriabá são a mistura de índio com negro: os primeiros escravos trazidos para Minas Gerais se relacionaram com os índios locais, formando, então, os Xakriabá.

A partir do século XIX, estabeleceram contato com retirantes baianos, migrantes da região seca do sul da Bahia e negros alforriados. Sabendo que ali se tratava de terras dos índios, os imigrantes pediam permissão ao cacique para cultivar a terra, fazer roçados e moradas. Com a permissão concedida, estabelecia-se o pacto e o líder determinava o local para compartilhar o território. Entretanto, novos

conflitos surgiram entre os filhos de ocupantes que reivindicaram a propriedade da terra e com fazendeiros instalados na região. E, em 1927, aconteceu um dos maiores conflitos, com a morte de um grande número de indígenas. Ao longo do século XX, índios e não-índios disputaram as terras com ações na Justiça e participação de órgãos do governo federal.

Fundação Nacional do Índio (Funai) Administração Executiva Regional de Governador Valadares

Avenida Brasil, Nº. 2.560, Centro
35020-070 - Governador Valadares (MG)
Tel.: (33) 3271.1694 - Fax: (33) 3271.1847
e-mail: funaigvr@veloxmail.com.br
Tel.: (33) 3255.1248 e 8805.8827



Escola na Aldeia Barreiro Preto

Educação diferenciada reforça identidade indígena

O estudo *O processo de escolarização entre os Xacriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação*, de Ana Maria R. Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), publicado em 2003, mostra que a criação das escolas estaduais indígenas pelo Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG), em 1997, foi um fato marcante para os povos Maxakali, Pataxó, Krenak e Xakriabá.

As escolas indígenas garantem o direito à educação diferenciada, estabelecem seus parâmetros de funcionamento, criam formas específicas de organização e condução das atividades didáticas, de acordo com as características de cada povo indígena. Entre os Xakriabá, no entanto, o processo de escolarização teve seu início pelo menos 20 anos antes do reconhecimento, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), da existência da população indígena local, ao final dos anos 1970, a demarcação do seu território e a homologação em 1987. Durante esse período, o acesso à instrução cresceu progressivamente.

A escola indígena trouxe profundas alterações. A facilidade com que hoje, nas diferentes classes Xakriabá, se torna possível acolher crianças de diferentes idades e que participam em modo diferencia-

do do contexto escolar é uma característica difícil de encontrar em escolas do meio urbano. O processo crescente de reconstrução da identidade indígena tem estreita relação com a escola. Em 2003, a reserva possuía 26 aldeias, com escolas em todas elas e ainda em três subaldeias, organizadas em duas unidades administrativas: Escola Estadual Indígena Bukimuju (15 endereços, 56 turmas e 1187 alunos) e Escola Estadual Indígena Xukurank (14 endereços, 38 turmas e 840 alunos). Havia 104 professores indígenas contratados pelo Estado e a maioria atuava na própria comunidade, atendendo de 1ª. a 8ª. séries. A primeira turma foi diplomada em dezembro de 2003.

Luciano Evangelista Moreira, mestre em Ciências Biológicas pela Faculdade de Ciências da Saúde do Rio Doce, em estudo sobre indígenas de Minas Gerais, divulgado em 2008, explicou que "a identidade étnica dos Xakriabá foi e ainda é ignorada por muitos, inclusive por órgãos governamentais" e acrescentou que "entretanto, não é necessária uma análise cultural muito profunda para perceber que os Xakriabá possuem identidade própria e consciência da sua indianidade, evidenciadas, principalmente, pela religiosidade e posse comunitária da terra".